PAISAGENS EM DEBATE N.02 revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU.USP artigo publicado em setembro/2004

LICENÇA DE USO

Este artigo é disponibilizado sob uma licença Creative Commons, como parte da proposta da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (http://www.espiral.org.br) e do projeto acadêmico em http://www.ambiente.arq.br.

Você pode reproduzir e distribuir esse material desde que citando devida e visivelmente os dados de autoria e publicação, sem adições, cortes ou qualquer meio que altere o sentido ou prejudique a integridade original do material, sem finalidades comerciais ou de propaganda de qualquer tipo, ou em contextos que promovam qualquer forma de violência, o racismo, discriminação. Caso distribua esse material, o fará explicitando essa licença. Sob nenhum aspecto essa licença representa seção de direitos.

PAISAGENS E MÉTODOS. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE ROTEIROS DE ESTUDO DA PAISAGEM INTRA-URBANA¹.

Euler Sandeville Junior

Arquiteto e Urbanista (PUC.Camp, 1981), Arte-Educador (FEBASP, 1983), Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas (FAU.USP, 1994, 1999), Pós-Graduação em Ecologia (USJT, 1996).

Professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP

site: http://www.ambiente.arq.br

1. pressupostos que antecedem um roteiro de trabalho: a importância da experiência

1.1. coisas e idéias

Se alguém nos pede para pensar numa árvore, ocorre logo um misto de árvores vistas, de um conceito abstrato e tipológico, de sensações que associamos à idéia de árvore naquele momento ou recorrentemente. A idéia de árvore é ao mesmo tempo algo que sabemos o que é, mas pode assumir muitas formas. Porém, árvores existem enquanto tais apenas para nós, humanos, que assim as

designamos em nossa cultura, as reconhecemos e as representamos, incorporando-as desse modo em nossa experiência e em nosso mundo. Jamais ocorreria pensar que uma árvore se autodenominasse árvore. Então, se olhamos para a árvore, há de fato o objeto ou coisa (ser) natural chamada árvore, porém sempre que a designamos já a inserimos num universo da **cultura**.

Lembramos aqui Simon Schama (*Paisagem e memória*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996), quando enfatiza que a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos que o fazem. Assim, uma árvore não se chama de árvore, nós o fazemos. Sem designação é um objeto ou coisa da natureza, como uma sala numa escola: caso desapareçam os humanos, deixará de ser sala para ser apenas um objeto físico. A designação da árvore como árvore e da sala como sala é cultura.

Se agora nos pedem para pensar numa maçã, logo virá uma idéia mais ou menos precisa do que seja. Porém, se não sabemos o que seja, se maçã nos for um fato desconhecido, provavelmente iremos pedir para nosso interlocutor descrevê-la e talvez explicá-la: -"o que é uma maçã?". Suponha que ele passasse os próximos vinte minutos descrevendo uma maçã: -"uma fruta de formato aproximadamente esférico, com predominância da cor vermelha na casca quando madura, uma casca fina que envolve uma polpa suculenta, doce e algo porosa - quando muito porosa é também menos saborosa - etc., etc., etc". Ao cabo desse tempo, seguramente não nos haveria dado senão uma idéia muito tosca do que seja uma maçã, de modo que, finalmente, ao experimentá-la, diríamos: ah! então é isso?

Veja-se, por exemplo, a seguinte descrição: "Arvoreta. Folhas imparipinadas, 3-5 folíolos, subcoriáceas, glabras; raque com ala estreita; folíolos estreitamente oblongos e oblongo-lanceolados. Panículas axilares, laxas, 2,0-7,0 cm compr., multifloras; eixo e brácteas pubérulos. Flores glabras, amarelo-esverdeadas, estames 10, todos iguais; ovário 3-capelar, reduzido e abortivo nas flores funcionalmente estaminadas, 1-locular; óvulo 1, basal; estiletes e estigmas 3. Drupa globosa; epicarpo cartáceo verde-claro, brilhante, glabro. Semente **negra**" (PIRANI, José Rubens. Flora Fanerogâmica da Reserva do Parque Estadual das Fontes do Ipiranga, São Paulo, Brasil. São Paulo, Instituto de Botânica, Hoehnea vol. 9, dez 1981, p.109). Apesar de todo o esforço de objetividade dessa descrição, muito poucos saberão de que se trata da Lithraea molleoides (Vell.) Engl., descrita primeiramente em 1876. Porém, mesmo sabendo sua denominação (aroeira-branca), muitos ainda não serão capazes de atinar com qual seja a árvore, e muito menos conhecer seus frutos, aliás, felizmente, por serem entre as aroeiras a que maiores reações alérgicas causa a pessoas sensíveis (LORENZI, H. Árvores brasileiras. Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa, Editora Plantarum, 1992, p.4).

Voltemos a uma fruta mais familiar à maioria das pessoas. Depois que já se conhece a maçã, já se experimentou algumas vezes a fruta, uma simples exclamação, -"ah...a maçã!" ou -"hum! maçã!", pode ser extremamente mais rica

enquanto comunicação. A partir daí, é fácil estabelecer um diálogo, pois se apóia em uma **experiência partilhada**.

1.2. propriedades das coisas e das idéias

Assim, árvores e maçãs são um misto daquilo que são enquanto um ser natural, e daquilo que imaginamos e conhecemos que sejam. Creio que a paisagem situe-se numa condição próxima, mas integrando um conjunto muito amplo de seres e ações contraditórias. Se quisermos pensar no **funcionamento** fisiológico, na aparência **morfológica**, na **utilidade** econômica ou nas qualidades **simbólicas** associativas a uma árvore, abre-se um enorme campo de possibilidades, na perspectiva de racionalização do que seja. Porém, a árvore ainda pode ser concebida como um objeto relativamente íntegro, já a paisagem será sempre decorrente da **relação** entre infinitos objetos, cuja delimitação será sempre ambígua.

Uma paisagem é uma realidade relacional em todos os sentidos, e por isso mesmo, sempre relativa. Depende da **escala** da observação, depende do **enfoque** privilegiado, depende das **relações** reconhecidas não só entre os objetos, mas entre as escalas em que são investigados.

As paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos. Assim, o melhor modo de começar o estudo de uma paisagem, a meu ver, não está no esforço quantitativo ou descritivo de seus elementos e arranjos e sim no reconhecimento, a exemplo do que foi dito nos primeiros parágrafos, que a traz para o universo da **cultura** e concebe seu sentido dependente de **experiências partilhadas**.

Daí então sim, podemos buscar suas **propriedades**, que evidenciarão interações e interdependências de **escalas** diversas, compreensão de **processos** naturais e socioeconômicos, sua **estrutura morfológica e funcional**, estudos sobre seu significado **simbólico**, de suas **potencialidades**, etc.. Porém, desse modo, esse conhecimento sobre as paisagens se inscreverá em uma discussão da cultura, e da maior importância, na medida em que discuti-las é pensar o que somos, os valores praticados, as esperanças diante das quais nos posicionamos.

Cada um dos termos acima é imensamente complexo. As contribuições para sua compreensão não virão, portanto, nunca de um único campo disciplinar, mas de vários, desafiando a um entendimento que mesmo dentro da especificidade de uma disciplina, por exemplo, a arquitetura, a geografia, a ecologia etc., aponta para a construção de um campo *transdisciplinar* para inscrição e validação desse conhecimento. Torna-se, por isso, ainda muito mais instável e dinâmico do que os avanços centrados em abordagens especializadas, porque toca as limitações e contradições que só se evidenciam no contato entre esses campos.

1.3. paisagens: experiências partilhadas

Cumpre ainda dizer que sendo a paisagem uma experiência e não apenas um objeto material ou apenas uma representação, ou seja, existindo na relação complexa e contraditória entre essas possibilidades (daí ser sempre uma elaboração cultural), nos parece pouco recomendável seu estudo exclusivamente por uma via indireta, cartográfica, quantitativa, ou por imagens. Todos esses são procedimentos, necessários e úteis, mas de pouco sentido sem uma experiência de imersão, dada a natureza do que seja a paisagem.

É necessário que a paisagem se torne uma **experiência partilhada**, o que tem inúmeras implicações práticas em seu estudo. Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, na qual o pesquisador, freqüentemente um estranho ao lugar, se insere de modo muito específico e por tempo limitado, partilhando dessas experiências e partilhando as suas: usufruindo de um uma realidade essencialmente coletiva e de uma herança de gerações. Ou seja, o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e existencial do observador, sob o risco de um estereótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo).

São as pessoas que nos ajudam a ver a paisagem, nos ensinam a entendê-la e percebê-la; sem elas não atinaremos o conteúdo específico de cada paisagem. E se considerarmos a situação de uma reserva natural desabitada pelos humanos, ainda assim julgo fundamental a experiência direta, em campo, pois revelará aspectos que não podem ser percebidos por via indireta de bases de dados e leituras de instrumentos.

Basicamente, refiro-me à necessidade de um contato direto, não apenas no nível rudimentar da percepção visual dos objetos que se encontram na paisagem, pois não são em si mesmos formadores da paisagem. Esse contato deve colocar a experiência humana em evidência. Trata-se de reconhecer a paisagem em sua dimensão estética, não de beleza plástica (arranjo formal) ou de utilidade (adequação funcional), mas de uma experiência sensível, que é o modo como usamos o termo estética aqui. A paisagem é uma experiência humana. Desafia portanto uma relação de alteridade e descentramento, de revisão de pressupostos, onde somos imensamente renovados por essa experiência, ou seja, se constrói o sentido de uma paisagem partilhada.

2. roteiros que levem em conta a experiência

2.1. descrições

O objetivo deste texto é contribuir com estudantes nesse contato com as paisagens. Porém, nosso objetivo não é satisfeito num *check list*, tão comum aos manuais, sobretudo na cultura acadêmica e empresarial norte-americana. Não que tais listas não tragam contribuições. Podem trazer, mas parece-me que ganha o estudante em aprender a pensar, a formular um pensamento que lhe permita criar o roteiro do seu estudo. Trata-se de defender uma relação criativa com a investigação e não meramente instrumental ou operativa e -sobretudo na graduação universitária- que se distancie daquele esforço da tarefa, do salto de obstáculos e do *cut-copy-paste* a que boa parte de nossa educação básica converge. Insisto nesse ponto.

Todas as paisagens podem ser estudadas do ponto de vista de relevo (ainda que seja plano), vegetação (ainda que esteja ausente aos olhos ou instrumentos), água, objetos construídos, pessoas etc.. Porém, uma paisagem e um problema jamais serão iguais a outro, mesmo que apresente processos semelhantes de constituição, funcionamento, ou aparência. Ao olhar do estranho, pode parecer uma "ocupação periférica" semelhante a outra, e sem dúvida decorrente de processos sociais e construtivos que podem ser comuns. Do ponto de vista da paisagem, sempre são outra coisa, pois paisagens, como as entendemos, não são tipos morfológicos, mas particularidades concretas, definidas por experiências partilhadas nas quais o pesquisador se intromete, seja para reconhecê-las, seja para anulá-las, conforme o mérito de seu estudo. Se uma paisagem fosse apenas um arranjo de formas, seria possível encontrar uma esquina quase igual a outra. Mas se são, **além disso,** experiência, seu sentido só é dado a partir do reconhecimento dessa realidade particular.

2.2. entendimento

Assim, estaríamos a recomendar que o estudo de uma paisagem comece pelo entendimento do problema. Frente à paisagem estamos sempre frente a critérios de recorte, inclusão e exclusão, representações e compreensões da realidade. Uma maneira que pode ser interessante é começar com perguntas. Por exemplo, ao invés começar por identificar e descrever elementos, pode-se questionar o que há de específico nessa paisagem, no modo como vou estudá-la, na contribuição que legará meu estudo. Tal indagação contribuirá para a construção até mesmo de um *check list* adequado à situação mas, sobretudo, para a liberdade de transformar essa lista em algo que aponte para o entendimento mais que para a descrição.

De modo que, antecedendo aos roteiros, técnicas e instrumentos de trabalho, parece-me importante que se coloque um conjunto de questões que aponte na direção do entendimento que se busca. A título de exemplo (não uma receita), aponto para algumas questões que poderiam anteceder a adoção de roteiros (confira-se em BERNARDEZ, F. Gonzales. *Ecologia y paisaje*. Madrid, Hermann Blume,1981):

- 1. Por que esta paisagem é assim? Quais os fatores responsáveis por sua manutenção? Quais os fatos e objetos (inicialmente utilizávamos a palavra elementos, aqui substituída para afastar da idéia corrente de que a paisagem é um todo que pode ser decomposto em elementos) que a caracterizam e quais suas qualidades específicas? Que interações estabelecem?
- 2. Quais fatores são responsáveis por suas diferenças com paisagens vizinhas?
- 3. Quais são os aspectos históricos, recentes ou não, de sua evolução? Como se acham registrados na situação atual? Que tipos de valores positivos e negativos mobilizam?
- 4. Como a percebem distintos grupos sociais, locais ou não e que preferências mostram aos distintos setores que reconhecem na paisagem ou a paisagens vizinhas? Como subdividem e denominam a paisagem? Como se relacionam com a paisagem e como percebem sua dinâmica?
- 5. Trata-se de um "sistema" em equilíbrio, em mudança, ou sob intensa alteração? Quais as possibilidades prováveis de sua evolução futura? O que se terá de fazer para conservar o estado atual ou para direcioná-lo a condições consideradas mais favoráveis? Quais são os valores, critérios e meios para decidir o que conservar, o que mudar, o que recompor?
- 6. Essa paisagem pode ser subdividida em sub-unidades para estudo e atuação? Se pode, como se relacionam e se diferenciam? Como se organizam? Como reagem a mudanças? De que fatores dependem? Quais os principais valores e problemas que apresentam? Quais os critérios para defini-los?
- 7. Que interações dependem ou são fortemente influenciadas por processos mais gerais, externos à área em estudo e como cada uma de suas subdivisões (se houver) responde a eles? Que fatores são predominantemente locais? Como interagem essas diversas escalas de recortes definidos na paisagem para seu estudo?

A idéia é que as perguntas permitam estabelecer uma amplitude, um entendimento aberto, e não respostas prontas. A partir desse olhar crítico e atento que assim se desperta para a paisagem, há muitos roteiros que podem auxiliar em sua compreensão. A segunda questão a ter claro na elaboração de roteiros é que são instrumentos de investigação. Integram os procedimentos de pesquisa, definidos no quadro de métodos de trabalho. Assim, roteiros não são método, mas uma parte eventual e possível no detalhamento de um método de trabalho. Considerando que os métodos são relativos aos "objetos de estudo", aos problemas investigados e ao quadro de referências teóricas adotado, os roteiros são sempre relativos a essa definição metodológica, pressupondo uma adequação a cada caso e problema específico.

Vale finalmente destacar a importância dos modos e formas de registro adotados para execução do roteiro, na medida em que podem possibilitar ou dificultar a

apreensão de um universo mais rico e sensível do caso estudado. Porque não se deve pensar que paisagens podem ser apreendidas apenas em uma dimensão racionalizada dos procedimentos. Muito contribuirá a sensibilidade do pesquisador ao entendimento e à construção do problema. Daí nossa insistência neste texto de que tais roteiros incluam, de modo central, o contato direto, a vivência na paisagem estudada.

Advertências necessárias, para que não se espere de um roteiro mais do que nos pode dar. Assim, nossa relação com qualquer roteiro pode e deve ser criativa, e não uma lista de tarefas mais ou menos cumpridas.

¹ Usamos a expressão intra-urbana para nos referirmos aos espaços no interior da cidade. Neste sentido, sem a pretensão de um debate conceitual, empregamos o termo em sentido diverso da acepção dada por VILLAÇA, Flavio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. (1988). São Paulo, Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001, 2ª ed., onde para evitar uma confusão do espaço urbano com o regional, adota o termo intra-urbano para designar a cidade, a totalidade da área urbanizada.